



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PE

Processo nº 08400.002684/2024-69

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atenda aos interesses da Administração Pública em face da demanda de CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO PPCI (Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndios) DA ÁREA DA POLÍCIA FEDERAL DO CONJUNTO SEDE DO DNOCS, localizado na Rua cônego Barata 999 - Tamarineira., no Município de Recife/PE, formalizada através da demanda SEI Nº 34824635

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A implementação de um projeto de prevenção e proteção de combate a incêndio (PPCI) adequado ajuda a minimizar os riscos de incêndio, reduzir danos e salvar vidas em caso de emergências. Além disso, existem regulamentações específicas que exigem a implementação de sistemas de prevenção e combate a incêndios em diversos tipos de edifícios e instalações.

2.2. Hoje em dia, a Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco encontra-se sem sede própria, necessitando alugar alguns espaços para funcionamento. A fim de diminuir os custos com aluguel, está em curso um estudo para transferência de algumas delegacias que estão funcionando em um prédio alugado para um prédio público localizado na Rua Cônego Barata 999 - Tamarineira, Recife/PE. No entanto, segundo o Relatório de Vistoria Técnica CBM/PE (SEI Nº 34816861), o prédio precisará de algumas adequações relativa às condições de proteção contra Incêndio e Pânico para que seja possível a instalação de uma instituição pública.

2.3. Nesta toada, a contratação se justifica pela necessidade de readequação das instalações de PPCI do Bloco B da sede do DNOCS localizado na Rua Cônego Barata 999 - Tamarineira, Recife/PE, conforme legislação vigente para apontado pelo Corpo de Bombeiros Militar de PE (CBM/PE).

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos da solução a ser contratada, em sentido estrito, estarão devidamente enumerados no Edital da Licitação, no Termo de Referência e nos demais anexos do Edital.

3.2. Como requisitos *latu sensu*, a contratação deverá contemplar os seguintes requisitos:

- I - Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

- II - Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação; e
- III - Dimensionamento correto do projeto e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com o menor dispêndio de recursos possível;
- IV - Plano de necessidades.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

4.3. Essa característica de unicidade dos projetos lhes conferem um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

4.5. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento, geralmente, são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

4.7. O gerenciamento de um projeto de edificação e engenharia civil é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

4.9. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato, conforme exposto a seguir.

4.10.1. **Design-Bid-Build (DBB):**

4.10.2.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação;

4.10.2.3. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto;

4.10.2.5. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço;

4.10.2.7. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

4.10.3. **Design-Build (DB):**

4.10.4.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB;

4.10.4.3. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção;

4.10.4.5. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações;

4.10.4.7. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

4.10.5. **Engineer-at-Risk (EAR):**

4.10.6.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR;

4.10.6.3. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

4.10.7. **Design-Build-Operate (DBO)**

4.10.8.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo;

4.10.8.3. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento;

4.10.8.5. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto;

4.10.8.7. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

4.10.9. **Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

4.10.10.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida;

4.10.10.3. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT;

4.10.10.5. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

4.10.11. **Engineering, Procurement, Construction (EPC)**

4.10.12.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada);

4.10.12.3. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado que por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global);

4.11. A modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é **DESIGN-BID-BUILD**, para contratação de projeto. Essa modalidade é a comumente mais utilizada por órgãos públicos.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. Constata -se que o imóvel do DNOCS se apresentar em desacordo com as normas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros, conforme Relatório de Vistoria Técnica CBM/PE (SEI nº 34816861). Neste sentido, o membro técnico da equipe de planejamento, juntamente com a equipe de edificações do GTED/SR/PF/PE, propõe - dentro deste Estudo Preliminar, o que segue:

5.2. Elaboração, por parte da equipe do Grupo Técnico de Edificações - GTED/SR/PF/PE, a confecção de Projeto Básico para a CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO PPCI DA ÁREA DA POLÍCIA FEDERAL DO CONJUNTO SEDE DO DNOCS.

5.2.1. Adequação dos projetos arquitetônicos e estudos preliminares;

5.2.2. Projeto legal de prevenção e combate a incêndio (PPCI):

- Análise de documentações base fornecidas pela contratante, requeridas pelo CBMPE;
- Emissão da taxa de análise do projeto no sistema do CBMPE;
- Fornecimento do protocolo da solicitação de análise do PPCI, emitido pelo CBMPE;
- Definição e dimensionamento em planta baixa das rotas de fuga e dos equipamentos e sistemas de prevenção e combate exigidos pela Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Pernambuco (COSCIP-PE) e demais normas técnicas vigentes, definidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), considerando a atividade econômica principal do empreendimento, quantidade de pavimentos e área construída;

1. Rotas de fuga de emergência;
2. Sinalização de emergência;
3. Iluminação de emergência;
4. Extintores portáteis de incêndio;
5. Rede de hidrantes;
6. Sistema de detecção e alarme.

- Detalhamentos técnicos dos sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndio previstos;
- Detalhamento do quantitativo de equipamentos previstos por pavimento;
- Emissão e registro, junto ao CREA-PE, da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços prestados;
- Elaboração de requerimentos e memoriais conforme exigências do CBMPE;
- Acompanhamento do processo de análise do PPCI junto ao CBMPE;
- Assessoria e aplicação em projeto das diretrizes necessárias para a aprovação do PPCI junto ao CBMPE;
- Fornecimento das plantas aprovadas e do Atestado de Conformidade do Projeto de Segurança Contra

Incêndio (ACPSCI), emitido pelo CBMPE;

- Entre outros que se façam necessários.

5.2.3. Aprovação do projeto no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco;

5.2.4. Elaboração do projeto executivo das instalações dos sistemas de prevenção e combate a incêndio; Planilha Orçamentária, Cronograma, Curvas ABC, Composições de Custos, Memorial de Quantitativos e etc.; Plotagem e entrega das Pranchas :

- Informações referentes a equipamentos e tubulações a construir, a relocar, relocados, a remover e existentes (se tratando de edificação com instalações existentes);
- Tipo de central e modelo a ser instalada no projeto;
- Indicação dos módulos no sistema de detecção de alarme de incêndio;
- Indicação do tipo de eletroduto a ser utilizado no sistema de detecção de alarme de incêndio de acordo com o tipo e risco da edificação;
- Endereçamento e cabeamento do sistema de detecção e alarme de incêndio;
- Cálculo do diâmetro do eletroduto do sistema de detecção de alarme conforme NBR 5410;
- Detalhamento completo de uma casa de bombas de incêndio com isométrico, detalhamento das instalações hidráulicas, configuração dos pressostatos, detalhamento e posicionamento das válvulas (utilização do software Revit como modelo de detalhamento);
- Dimensionamento das luminárias de emergência conforme NBR 10898 e especificação do modelo da luminária a ser instalado;
- Especificação da sinalização de emergência a ser instalada, contendo as dimensões da sinalização conforme a NBR 16820 sugere;
- Detalhamento do caminhamento da rede de hidrantes a ser instalada, contendo informações se o percurso da tubulação será pela parede, pelo piso, pela treliça, etc.;
- Planilha de quantitativo referente a todos os equipamentos, eletrodutos ou tubulações que serão executados na obra.
- Planilha Orçamentária;
- Cronograma;
- Curvas ABC;
- Composições de Custos;
- Memorial de Quantitativos;
- Plotagem e entrega das Pranchas;
- Entre outros que se façam necessários.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As áreas e quantitativos necessários ao Termo de Referência foram estimados pela equipe do GTED/SR/PF/PE e podem ser demonstrados conforme Projeto Arquitetônico.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de preços do serviço baseou-se na metodologia de orçamentos da Caixa, conforme orientação da DEA/CGPLAM/DLOG/PF.

7.2. O custo total é de **R\$ 17.897,55 (dezessete mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 18, inciso VIII da Lei 14.133/21. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O

órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

8.3. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que, além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita elaboração dos projetos básico e executivo, fica impraticável o parcelamento da contratação.

8.5. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem à ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 122 da Lei 14.133/21, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderá ser objeto de subcontratação.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Futura contratação da obra para execução das adequações indicadas nos projetos de PPCI;

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto pretendido está contemplado no Planejamento Estratégico do órgão, conforme definições da Resolução nº 005- CGPF/PF, de 12/08/2021, especificamente quanto:

...

2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos

Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

2.5.1. Ação Estratégica: Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura

Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.

12. BENEFÍCIO AS SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Regularizar a área da Polícia Federal localizada no complexo do DNOCS perante o Corpo de Bombeiros com o projeto executivo aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar de PE (CBM/PE);

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. O processo de contratação se divide em três etapas básicas: **Planejamento, Seleção do Fornecedor e Gestão de Contratos.**

13.2. O planejamento é a fase preparatória de todo o processo inicial da contratação. Na fase preparatória/planejamento é que são definidas as especificações da demanda (descrição do objeto, prazos, obrigações das partes, etc.), o valor estimado da contratação, o critério de julgamento das propostas, os requisitos de habilitação dos licitantes, dentre outros.

13.3. Quando ocorrem falhas, faltas ou imprecisões na fase de planejamento é que surgem os problemas mais comuns de uma licitação: impugnações, recursos, aditivos, glosas em serviços e preços destoantes da realidade do mercado. Tudo isso, além de comprometer a escolha satisfatória do fornecedor, conduz à execução de um contrato desvantajoso.

13.4. Para o sucesso de uma contratação, portanto, um bom planejamento prévio é etapa essencial. O planejamento deverá conter as **providências prévias ao contrato**, propriamente dito, e que podem ser contempladas nos seguintes instrumentos:

I - Mapa de Análise de Riscos da Contratação (34816803), que é o documento que visa enumerar os possíveis riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual, bem como os potenciais danos, seus respectivos responsáveis e as ações de prevenção e contingência;

II - Estudo Técnico Preliminar (34826368), que descreva a necessidade da eventual contratação e suas justificativas, a solução proposta com exame de viabilidade, estimativas de quantidade e custos e os resultados esperados com a solução proposta; e

III - Termo de Referência (34826374), que será o instrumento base para o edital licitatório. Ele deverá conter, pormenorizadamente, todos os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do objeto contratado.

13.5. Diante do exposto, entendemos que para o presente objeto (CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO PPCI DA ÁREA DA POLÍCIA FEDERAL NO CONJUNTO SEDE DO DNOCS) todas as providências prévias necessárias ao bom desempenho da contratação já se encontram suficientemente apontadas no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Risco e serão devidamente minudenciadas no futuro Projeto Básico. Não havendo, assim, a necessidade, salvo melhor juízo, de demais providências prévias além das já contempladas e descritas.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. O objeto não gera resíduos por se tratar de elaboração de projetos.

15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e o objeto da contratação.

15.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

JOSÉ VITOR DA SILVA MACEDO
Agente de Polícia Federal
MSc. Engenharia Civil
Matrícula: 21.631

NIVALDO JOSÉ DE LIMA FILHO

Agente de Polícia Federal

Engenheiro Civil

Matrícula: 19.629

RHASSANNO CARACCIOLLO PATRIOTA

Perito Criminal Federal - Engenharia Civil

MSc. Ciências Geodésias e Tecnologia da Geoinformação

Matrícula: 14.993



Documento assinado eletronicamente por **JOSE VITOR DA SILVA MACEDO**, **Agente de Polícia Federal**, em 16/05/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO JOSE DE LIMA FILHO**, **Agente de Polícia Federal**, em 16/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34826368&crc=3D0B3A0A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34826368&crc=3D0B3A0A).

Código verificador: **34826368** e Código CRC: **3D0B3A0A**.